

JORNALISMO CRÍTICO EMANCIPATÓRIO DE MULHERES INDÍGENAS¹

Esther Kerem de Oliveira Soares²
Rafael Bellan Rodrigues de Souza³

RESUMO

Este artigo analisa quatro reportagens produzidas por jornalistas indígenas da agência Amazônia Real e da plataforma Sumaúma. O objetivo da análise é identificar, na práxis noticiosa, aproximações e distanciamento dos marcadores que definem o jornalismo crítico emancipatório, conforme proposto por Adelmo Genro Filho em sua obra *“O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo”* (2012). Os resultados mostraram que as reportagens apresentam os marcadores do jornalismo crítico emancipatório em diferentes graus, destacando elementos desalienadores e emancipatórios. No entanto, concluiu-se que ainda há desafios no que tange o aprofundamento das engrenagens sistêmicas que permeiam a realidade, a fim de transformá-la.

Palavras-chave: Jornalismo crítico emancipatório, Práxis noticiosa, Jornalistas indígenas.

INTRODUÇÃO

Genro Filho (2012), buscando compreender a essência do jornalismo, o define como uma forma de conhecimento social cristalizada no singular. Isso o diferencia da simples prática de reportar fatos, assim como das demais formas de conhecimento. Embora a práxis noticiosa em sua forma mais típica remonte o advento do capitalismo, avaliar o jornalismo sob esse prisma obscurece suas particularidades e o reduz a um epifenômeno do capitalismo.

Nesse sentido, é importante destacar que a tarefa do jornalismo não é ser reflexo da realidade, reproduzindo os fenômenos, mas de alcançar, através da apreensão do singular, a particularidade na qual esse fenômeno está inserido e suas contradições, realizando tensionamentos que abram possibilidades de esclarecimento da conjuntura onde se manifesta os fenômenos. Dessa forma, Genro Filho procura tanto desnaturalizar a lógica de consumo do jornalismo, quanto as premissas de sua prática, isto é, questiona a relação meramente funcional entre os fatos e a reprodução da sociedade.

Esse confronto nos induz a refletir a imediaticidade do jornalismo para além de uma descrição superficial de fatos independentes, desconectados da totalidade, para explorar os

¹ Artigo desenvolvido pelo Programa Institucional de Iniciação Científica - PIIC/UFES

² Graduanda do Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, estherk.soares@gmail.com;

³ Doutor em Comunicação, Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, e-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br

elementos desalienadores encarnados nos vínculos da singularidade e descortinar a realidade reificada pelo capital.

Assim, esta pesquisa busca analisar como essa proposta teórica se concretiza na práxis noticiosa das jornalistas Elaíze Farias, Hellen Lirtêz e Ariene Susui, da agência Amazônia Real e plataforma Sumaúma, sobretudo na busca da emancipação social por meio do jornalismo que visa fazer frente a ideologia dominante disseminada nos veículos de informação. Com base em uma análise investigativa de quatro reportagens produzidas por essas jornalistas, pretende-se identificar as aproximações e distanciamentos dos objetos de estudo em relação aos marcadores do jornalismo crítico emancipatório elencados.

METODOLOGIA

Adotou-se uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental (GIL, 2008), a fim de compreender a práxis noticiosa de jornalistas indígenas, a partir de estudos realizados sobre a teoria de Genro Filho (2012), e de reportagens noticiosas para o corpus de análise. Para a análise, concluiu-se que o foco ideal não seria categorizar rigidamente o que é ou não esse tipo de jornalismo, mas sim identificar suas aproximações e distanciamentos.

Foram construídos nove marcadores do jornalismo crítico emancipatório, separados nas seguintes categorias: 1) Identificação dos Pressupostos Ontológicos e Epistemológicos da repórter; 2) Cosmovisão emancipatória; 3) Reelaboração do fato para além da sua aparência fenomênica e reificada; 4) Imediaticidade como ponto de chegada, e não de partida; 5) Apreensão da realidade e das relações sociais como decorrências das ações humanas, dotadas de nexos e fenômenos histórico-sociais; 6) Ruptura do “senso comum”, quebra com os paradigmas de representação do mundo, explorando as contradições encarnadas na singularidade; 7) Caráter combativo, contra-hegemônico e de conscientização, direcionando enfrentamentos para transformação social; 8) Destaca grupos sociais envolvidos nos acontecimentos; traça interesses econômicos; identifica opressões como racismo, patriarcalismo, etnocentrismo, e conflito de classes e 9) Firma-se no singular concreto.

A partir desses marcadores e da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) foi possível avaliar se as reportagens selecionadas se aproximam do jornalismo crítico emancipatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa analisou quatro reportagens publicadas em 2023 por jornalistas indígenas – "Facções ampliaram atuação em garimpo e em crimes ambientais na Amazônia" de Elaíze Farias, "Tinha muito peixe morto", relata barqueiro sobre a seca no Acre" de Hellen Lirtêz, "O tempo está fechando: povos isolados correm risco de extinção" e "Os maracás não vão abaixar" de Ariene Susui. Os itens foram definidos a partir da observação do conteúdo, sendo os predominantes a) questões ambientais e étnicas; b) direitos humanos; c) defesa dos direitos territoriais dos povos originários; considerando o contexto pós-governo de Jair Bolsonaro, caracterizado pela política anti-indígena, e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que implementou medidas significativas para fortalecer a representação e os direitos dos povos indígenas.

A identificação dos pressupostos das repórteres permite compreender seu direcionamento político, moral, filosófico e as projeções que emanam das reportagens. As temáticas abordadas, e principalmente, como foram abordadas, indicam que os pressupostos das repórteres se alinham a cosmovisão crítica-emancipatória, uma vez que o enquadramento se contrapõe ao que é hegemônico nos veículos tradicionais. As reportagens também destacam o singular concreto, partindo de expressões observáveis e investigação dos aspectos fenomênicos da realidade, em vez de abstrações.

No intuito de reacender o caráter combativo e contra-hegemônico, ressalta-se o enfoque nas críticas ao governo e destaque para a resistência indígena como principal resposta na luta contra a exploração predatória de seus territórios. A exemplo do trecho da reportagem "Os maracás não vão baixar" (2023) de Ariene Susui: "Raoni Metuktire, do povo Kayapó, símbolo da resistência indígena no Brasil e no mundo, com mais de nove décadas de existência, pediu que os povos indígenas continuem lutando".

Apesar de apresentarem diferentes abordagens do singular, as reportagens revelam fragilidades governamentais como ponto em comum, expondo dissonâncias entre o discurso político e as ações concretas voltadas para os povos originários. Nas reportagens de Ariene Susui, esses elementos são apontados como contradições da realidade que descortinam obstáculos de conquista aos direitos dos povos originários, como o projeto político de desmonte do principal órgão indigenista: "a Funai, na gestão Bolsonaro, atuou de forma bem escassa, e isso afetou diretamente a vida dos povos de recente contato e isolados" (SUSUI, 2023).

Além disso, a repórter identifica grupos responsáveis pela vulnerabilidade nos territórios de povos isolados, evidenciando que as ameaças decorrem da instabilidade jurídica e de atividades ilegais de exploração. No trecho: "Há um aviso de genocídio diante dos olhos da sociedade. Garimpeiros, empresários, políticos e missões evangélicas ameaçam a vida desses

povos. A ação imediata para a proteção de pessoas e territórios é urgente e necessária” da reportagem “O tempo está fechando: povos isolados correm risco de extinção” (2023), Ariene Susui sugere um enfrentamento ao cercamento do território por distintos atores de opressão, visto que as consequências da exploração e da violência nos territórios indígenas só podem ser contidas “demarcando terras. Expulsando invasores. Garantindo direitos fundamentais” (SUSUI, 2023).

Ao investigar conexões mais profundas dos fatos, o papel do agronegócio é citado motor da expansão de grandes investimentos sobre as terras indígenas que resistem aos projetos exploratórios: “Raoni, que lutou contra Belo Monte e foi traído pelos governos do PT, sabe que o erro que os indígenas não podem cometer é baixar a guarda” (SUSUI, 2023).

Para além de focar na descrição factual fenomênica, as repórteres articulam os fatos com as causalidades e imbricações históricas, complexificando a realidade amazônica. Um exemplo é a relação entre a política de flexibilização, que precariza a segurança em áreas estratégicas para extração de ouro, e o extrativismo ilegal, como o garimpo, levando a jornadas exaustivas, trabalho escravo, uso de drogas e violência sexual. Esse aprofundamento aparece na reportagem de Elaíze Farias sobre a expansão do narcotráfico e o aumento da violência na Amazônia.

Na cartografia que faz Elaíze em sua reportagem surge um elemento emancipatório ao apontar que formas de vida não exploratórias podem ser aprendidas com os povos indígenas, evidenciando que o atual modelo econômico nega a existência dos povos da floresta, “e isso serviu pra criar fissuras sociais que resultam em contradições e hoje acabam retroalimentando toda essa dinâmica de violência e de ilegalidade” (FARIAS, 2023).

As reportagens ampliam a visão sobre as ações que afetam diretamente as espécies e recursos naturais essenciais para a sobrevivência dos povos originários e de toda a vida na Terra, como a crise da água potável e as mudanças climáticas. Fenômenos específicos, como a mortandade de peixes mencionada por Hellen Lirtêz, revelam um cenário particular onde crises locais refletem dinâmicas globais de degradação ambiental e social. Ao afirmar que “As pessoas ainda estão queimando a floresta, queimando as fazendas de gado. E sabemos que tudo isso tem consequências de várias maneiras” (LIRTÊZ, 2023), evidencia-se o racismo ambiental que impacta aldeias e comunidades ribeirinhas, embora alguns aspectos essenciais dos desastres que atingem desproporcionalmente essas comunidades sejam tratados de modo periférico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise das reportagens, emergiram elementos críticos e potenciais desalienadores decorrentes da práxis noticiosa das jornalistas, mostrando o desafio de expor uma realidade complexa dos conflitos na Amazônia. A apreensão das repórteres indica esforços para romper com leituras simplistas, buscando revelar conexões mais profundas e complexas do singular. Para isso, transpassam a descrição factual, usando o jornalismo como ferramenta ativa de transformação capaz de gerar conhecimento social.

Apesar de apresentarem pontos relevantes, falta um aprofundamento mais radical na proposição de mudanças sociais, isto é, nos elementos emancipatórios. As jornalistas demonstram habilidade em conectar os fatos ao contexto particular, mas tendem a não explorar certas engrenagens sistêmicas que se projetam na realidade. Por fim, as reportagens analisadas incorporam, em vários graus, elementos do jornalismo crítico emancipatório, com marcas desalienadoras e emancipadoras.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Ed. 70, 2011. 279 p.

FARIAS, Elaíze. **Facções ampliaram atuação em garimpo e em crimes ambientais na Amazônia**. Amazônia Real, Manaus, 31 nov. 2023. Meio ambiente. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/faccoes-na-amazonia/>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIRTÊZ, Hellen. **“Tinha muito peixe morto”, relata barqueiro sobre a seca no Acre**. Amazônia Real, Manaus, 3 out. 2023. Meio ambiente. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/mortandade-de-peixes/>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SUSUI, Ariene. **O tempo está fechando: povos isolados correm risco de extinção**. Sumaúma, 24 mar. 2023. Rexistência. Disponível em: <<https://sumauma.com/povos-isolados-correm-risco-extincao/>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SUSUI, Ariene. **Os maracás não vão abaixar**. Sumaúma, 24 mar. 2023. Vozes da floresta. Disponível em: <<https://sumauma.com/os-maracas-nao-vaio-abaixar/>> . Acesso em: 7 nov. 2024.